



**Fundação de Previdência Complementar do
Estado de São Paulo
SP - PREVCOM**

**Conselho Fiscal
Relatório - Controles Internos
2º Semestre de 2013**

SUMÁRIO

1.	Introdução	2
2.	Análise da Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios às normas em vigor e à Política de Investimentos	3
2.1.	Diretrizes de Investimentos para o exercício de 2013	3
2.2.	Alocação	3
2.3.	Rentabilidade	4
2.4.	Custos com Gestão de Recursos	7
2.5.	Controle de Riscos.....	8
2.6.	Comentários e Recomendações.....	9
2.7.	Manifestação.....	9
3.	Análise da Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais.....	10
3.1.	Nota Técnica de Implantação e Evolução das Provisões Matemáticas e do Fundo Previdencial dos Planos de Benefícios PREVCOM RP (Anexo V) e PREVCOM RG (Anexo VI).....	10
3.2.	Cobertura Patrimonial dos Planos	11
3.3.	Manifestação do Conselho Fiscal	12
4.	Acompanhamento da Execução Orçamentária.....	13
4.1.	Gestão Previdencial	13
4.1.1.	Da execução orçamentária das Adições.....	13
4.1.2.	Da execução orçamentária das Deduções	14
4.2.	Gestão Administrativa	15
4.2.1.	Da execução orçamentária das receitas administrativas	15
4.2.2.	Da execução orçamentária das despesas administrativas	16
4.2.3.	Da execução orçamentária dos indicadores de Gestão.....	17
4.3.	Investimentos	18
4.3.1.	Da execução orçamentária dos investimentos	18
4.4.	Comentários e Recomendações.....	19
4.5.	Manifestação	20
5.	Controles Internos	20
5.1.	Recomendações.....	20
5.2.	Manifestação	20
	Anexos	22

1. Introdução

O Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo – SP-PREVCOM, representados por seus membros infra-assinados, manifesta-se acerca das determinações contidas no artigo 19 da Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, referente às atividades desenvolvidas no 2º semestre de 2013.

As constatações apresentadas neste relatório referem-se aos seguintes Planos de Benefícios:

- Plano de Benefícios PREVCOM RP (CNPB 2013.0001-38)
- Plano de Benefícios PREVCOM RG (CNPB 2013.0002-29)
- Plano de Benefícios PREVCOM RG UNIS (CNPB 2013.0020-92)

As constatações do Plano de Gestão Administrativa – PGA serão demonstradas de forma consolidada, uma vez que os recursos destinados à gestão administrativa dos planos de benefícios e as respectivas despesas são geridos de forma solidária, sendo registrada em cada plano de benefícios, a parcela a este pertinente.



2. Análise da Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios às normas em vigor e à Política de Investimentos

2.1. Diretrizes de Investimentos para o exercício de 2013

Considerando que a Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009, em seu artigo 54 determina ser facultativa a constituição da Política de Investimentos para planos novos, no primeiro exercício subsequente à data de recebimento de sua primeira contribuição, o Conselho Deliberativo da SP-PREVCOM decidiu estabelecer as Diretrizes de Investimentos (Anexo I) para seus Planos de Benefícios, com o objetivo de determinar e descrever, tanto as diretrizes gerais para a gestão de investimentos, quanto disciplinar os métodos e ações dos processos decisórios e operacionais de gestão dos ativos dos Planos de Benefícios administrados pela SP-PREVCOM.

2.2. Alocação

Conforme previsão no Estatuto, e nas Diretrizes de Investimentos, a Fundação optou pela gestão terceirizada da administração dos recursos financeiros dos planos de benefícios. Foram disponibilizados pela Fundação, o regulamento do fundo de investimento (Anexo II), cujos recursos foram alocados, bem como o relatório de exposição em mercado (Anexo III). Abaixo segue quadro contemplando a alocação indicativa das Diretrizes de Investimentos e a efetiva posição de fechamento do semestre, com base na extração de informações disponibilizadas no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (Anexo IV):

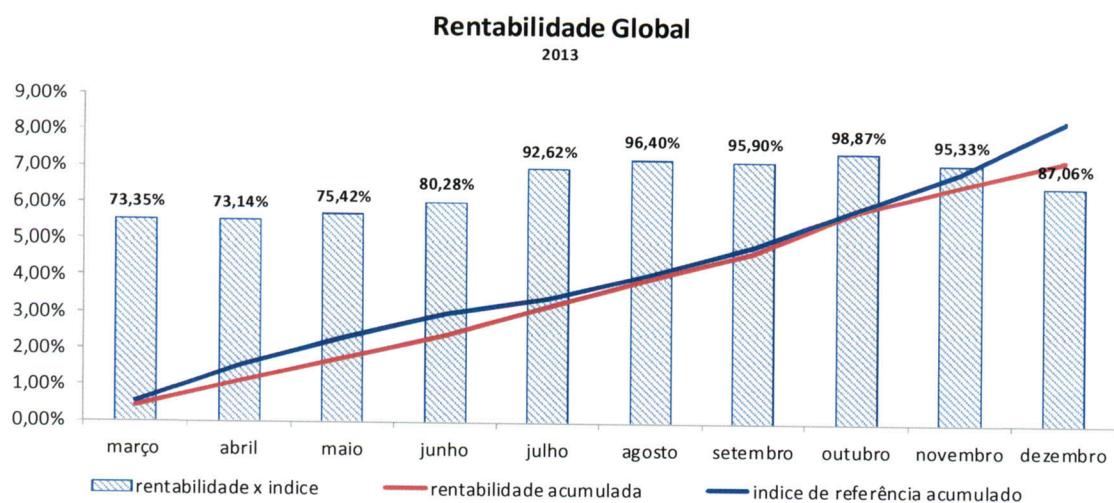
Segmento	Limite Inferior	Limite Superior	Alocação Objetivo	Limite Resolução 3.792	Posição em 30/06/2013	Posição em 31/12/2013
RENDA FIXA	88,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Títulos Publicos	0,00%	100,00%	-	100,00%	2,00%	91,21%
Títulos Privados	0,00%	80,00%	-	80,00%	98,00%	0,01%
RENDA VARIÁVEL	0,00%	12,00%	0,00%	70,00%	0,00%	0,00%
Ações Novo Mercado	0,00%	-	12,00%	70,00%	0,00%	8,78%
Ações Nível 2	0,00%	-	12,00%	70,00%	0,00%	0,00%
IMÓVEIS	-	-	-	8,00%	0,00%	0,00%
EMPRÉSTIMOS	-	-	-	15,00%	0,00%	0,00%
INV. ESTRUTURADOS	0,00%	0,00%	10,00%	20,00%	0,00%	0,00%
INV. EXTERIOR	-	-	-	10,00%	0,00%	0,00%

2.3. Rentabilidade

O índice de referência para os investimentos da SP-PREVCOM, no longo prazo, é estabelecido pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), acrescido de 5 % (cinco por cento) ao ano. A rentabilidade apurada, até a presente data, denota amostragem temporal insuficiente para avaliação de desempenho, dado que as primeiras contribuições nos planos de benefícios que originaram os investimentos iniciaram-se no mês de março de 2013, entretanto com desempenho favorável se considerado as condições macro econômicas no período.

Global	1º sem 2013	2º sem 2013	Anual
Rentabilidade	2,39%	4,77%	7,27%
Índice de Referência ¹	2,98%	5,22%	8,35%
% do Índice de Referência	80,28%	91,39%	87,06%

1- Índice de Referência = IPCA + 5% a.a.

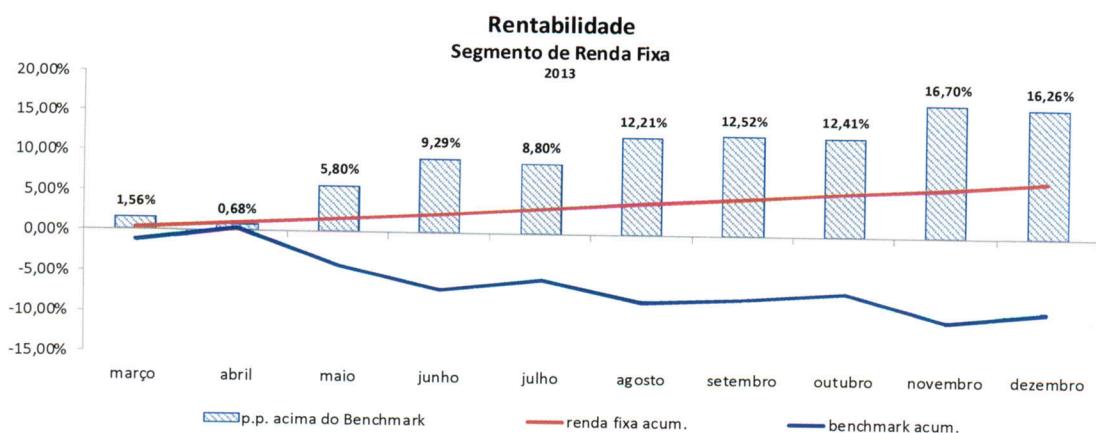


Segmento de Renda Fixa

Quando observados o desempenho de carteiras por segmentação, a Fundação adotou uma estratégia de alocação em ativos atrelados ao CDI no segmento de renda fixa, apresentando desempenho favorável quando comparado ao seu benchmark - IMA-B, ressaltando nesta análise a insuficiência temporal para avaliação de desempenho no longo prazo.

Renda Fixa	1º sem 2013	2º sem 2013	Anual
Rentabilidade	2,40%	4,49%	7,00%
Benchmark¹	-6,89%	-2,55%	-9,26%
p.p. acima do Benchmark	9,29%	7,04%	16,26%

1- Benchmark para segmento de Renda Fixa = IMA-B



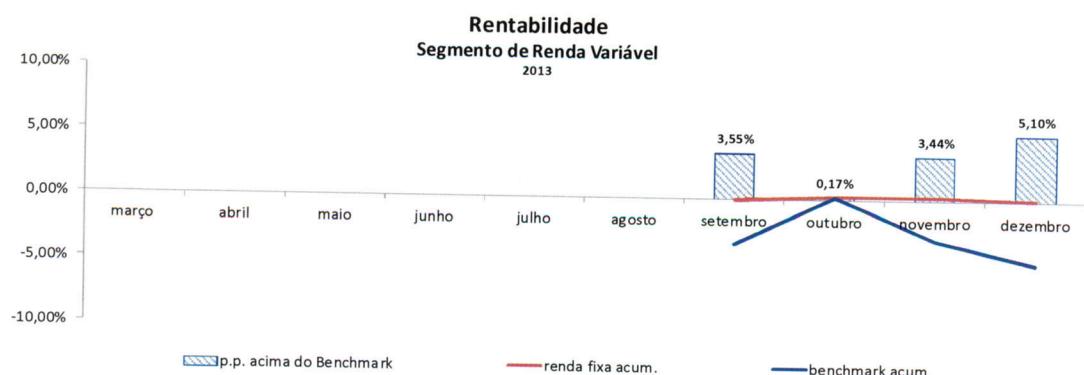
[Assinatura]

Segmento de Renda Variável

Quando observados o desempenho de carteiras por segmentação, a Fundação adotou uma estratégia de alocação de percentual do patrimônio em ações no segmento de renda variável, apresentando desempenho favorável quando comparado ao seu benchmark Ibovespa, ressaltando nesta análise a insuficiência temporal para avaliação de desempenho no longo prazo.

Renda Variável	1º sem 2013	2º sem 2013	Anual
Rentabilidade	-	0,10%	0,10%
Benchmark¹	-	-5,00%	-5,00%
p.p. acima do Benchmark	-	5,10%	5,10%

1- Benchmark para segmento de Renda Variável = Ibovespa

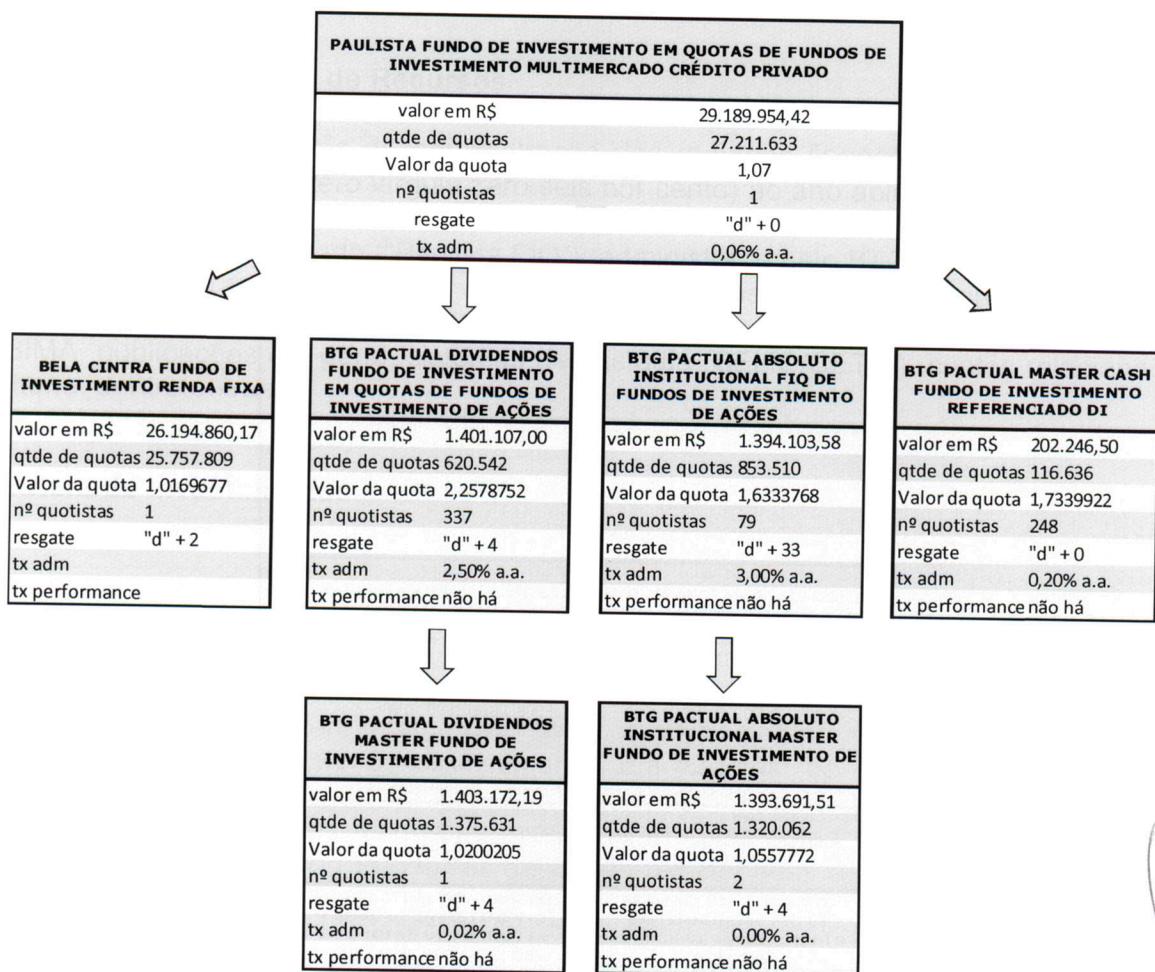


[Assinatura]

2.4. Custos com Gestão de Recursos

A atual estrutura de custos da administração dos recursos financeiros está relacionada à remuneração de 0,06% (zero vírgula zero seis por cento) ao ano aplicado sobre o patrimônio líquido do Paulista Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado (“Paulista FIQ”), administrado pelo BTG Pactual, adicionado de taxas de administração dos fundos de investimento cujas cotas são adquiridas. São ainda deduzidas do Patrimônio do Fundo, as despesas relacionadas à taxa de fiscalização CVM, ANBIMA, publicações em geral, sistemas de custódia (SELIC/CETIP), custos relacionados à auditoria, dentre outras.

Estrutura de Investimentos



Custos de Gestão

CUSTOS DE GESTÃO - 2013										
PAULISTA FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO										
Contas	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
Taxa de Administração		0,52	19,01	74,54	173,60	370,04	541,12	695,89	973,16	1.051,37
Taxa de Performance										
Despesa de BM&F										
Despesa de Bovespa										
Despesa de Cartório		255,27		99,12						
Despesa de Taxa de Auditoria										
Despesa de Taxa de Custódia										
Despesa de Taxa de Fiscalização - CVM		300,00			300,00			900,00		
Despesa de Taxa de Publicação ANBIMA	920,00				54,00	120,00		162,00		216,00
Despesa de Taxa de Util. SELIC										
Despesa de Taxa de Util. CETIP										
Despesas c/ Correspond. e Impressos										
Despesas com Publicação de Atas										
Despesas com Corretagem										
PIS / COFINS										
CPMF										
IR a Recolher										
Outras Despesas ²	106,11				135,36					
Outras Receitas										
Total Mês	1.026,11	555,79	19,01	173,66	662,96	490,04	541,12	1.757,89	973,16	1.267,37
Total Acumulado - 2013	1.026,11	1.581,90	1.600,91	1.774,57	2.437,53	2.927,57	3.468,69	5.226,58	6.199,74	7.467,11

Obs.:

1- A apuração dos valores é efetuada utilizando-se o critério de fluxo de caixa

2- Outras Despesas - Pagto especial Taxa de Constituição de Fundo e Alteração de nome

2.5. Controle de Riscos

O Conselho Deliberativo definiu nas Diretrizes de Investimentos alguns parâmetros de exposição a risco de mercado por segmento de aplicações (Anexo I). Na segmentação de renda fixa, a Fundação em consonância as disposições da Resolução CGPC nº 04/2002 classificou os ativos alocados no "Bela Cintra Fundo de Investimento" que representam 89,73% do patrimônio dos recursos previdenciários, na categoria de títulos mantidos a vencimento. Neste sentido este Conselho entende que a tolerância à exposição a risco de perdas financeiras máximas, em cenários de stress, no segmento de renda fixa de 2,00 % do patrimônio líquido do fundo não se aplica aos ativos classificados nesta categoria, dado que os mesmos são apurados contabilmente pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, não sensibilizados pelas taxas vigentes de mercado. Na segmentação de renda variável, o parâmetro de exposição a risco de mercado apresentou-se abaixo do limite de 15,00 % para a medida chamada de *tracking error* feita através da aferição de risco de deslocamento do retorno do fundo em relação ao seu índice comparativo de rentabilidade, conforme informado pela Fundação. Em relação à exposição de risco de crédito, as Diretrizes de Investimentos não estabeleceu parâmetros, entretanto conforme

informações disponibilizadas pelo administrador/gestor, todos os ativos tem atribuição de ratings em escala nacional por agências internacionais de classificação de risco. No que tange a liquidez, a diversificação da atual estrutura de investimentos estabelece a conversão das quotas em diferentes prazos, de forma a atenderem as obrigações da Fundação e o perfil do exigível atuarial dos seus planos de benefícios.

2.6. Comentários e Recomendações

Comentários

O Conselho Fiscal, com base nos relatórios disponibilizados identificou que 100% dos recursos garantidores dos planos de benefícios são investidos no Paulista FIQ, classificado conforme seu regulamento como "Multimercado". A alocação dos recursos aportados no Paulista FIQ foi feita, na forma apresentada no quadro de Custos com Gestão de Recursos (item 2.4). A composição final dos ativos, para fins de enquadramento nos segmentos de aplicação, apresenta 91,21% em títulos públicos e 0,01% em títulos privados, ambos no segmento de renda fixa, e 8,78% em ações no segmento de renda variável. A exposição a risco de perdas em cenários de stress encontra-se dentro dos limites de tolerância a risco para o segmento de renda fixa de 2,0% do patrimônio líquido do fundo e de 15,0 % para a medida chamada de *tracking error* para renda variável. Em relação às recomendações deste Conselho Fiscal dispostas no relatório de controles internos do 1º semestre de 2013 a Fundação promoveu de forma satisfatória: (i) alocação dos ativos em consonância aos limites aprovados nas Diretrizes de Investimentos; (ii) as condições de liquidez dos recursos investidos; e (iii) aperfeiçoamento do regulamento do Paulista FIQ.

Recomendações

1. Alteração dos segmentos de listagem de ações na renda variável e do seu benchmark nas diretrizes de investimentos;
2. Aprimoramento no procedimento de extratificação de alocação dos recursos da Fundação nos respectivos segmentos autorizados nas Diretrizes de Investimentos;
3. Aprimoramento na demonstração de aferição de custos com gestão de recursos, contemplando as despesas incorridas com aquisição de quotas de outros fundos de investimento.

2.7. Manifestação

O Conselho Fiscal da Fundação em atenção à prerrogativa dos parágrafos 1º e 2º do artigo 54, da Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009, utilizada pelo Conselho Deliberativo, que facilita a aprovação de política¹ de investimentos ao exercício subsequente à data de recebimento da primeira contribuição e a observância dos limites de alocação, de alocação por emissor, e de concentração por emissor nos 24 meses subsequente à data de recebimento da primeira contribuição, se ateve a emitir as opiniões descritas no item 2.6 "Comentários e Recomendações" relativas às Diretrizes² de Investimentos aprovadas.

1- Políticas são orientações de caráter estratégico e elaboradas com respeito aos valores.

2- Diretrizes são recomendações ou instruções subordinadas às políticas, que contemplam conjunto de instruções ou indicações para se tratar e levar a termo um plano, uma ação, um negócio, etc.;

3. Análise da Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais

De acordo com o Inciso I, do artigo 19 da Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal, verificou a documentação disponibilizada pela Fundação para análise de aderência das premissas e hipóteses atuariais dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS, utilizadas no 2º semestre de 2013 e apresenta a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

3.1. Nota Técnica de Implantação dos Planos PREVCOM RP, PREVCOM RG, PREVCOM RG-UNIS (Anexos V, VI e VII), Evolução das Provisões Matemáticas e do Fundo Previdencial dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS (Anexo VIII, IX e X) e Pareceres Atuariais dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS.

A publicação da aprovação dos Planos de Benefícios PREVCOM RP e PREVCOM RG ocorreu em 21 de janeiro de 2013, através das Portarias nº 18 e nº 19, e do Plano de Benefício PREVCOM RG UNIS ocorreu em 04 de dezembro de 2013, através da Portaria nº 670.

Com base na Nota Técnica Atuarial e Parecer Atuarial preparados pelo atuário dos planos, uma vez que a natureza dos Planos de Benefícios é de Contribuição Definida (CD), não são empregadas bases financeiras e atuariais na definição dos benefícios e custeio, exceto para o cálculo do tempo de recebimento do benefício. Para este, a tábua biométrica utilizada é AT2000, segregada por sexo.

Os Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS são planos de múltipla escolha na Renda de Aposentadoria, contendo benefícios enquadrados na modalidade de Contribuição Definida (CD), calculados financeiramente.

Para cobertura dos benefícios de risco, foi contratada uma seguradora, cuja autorização se deu através da 5ª Reunião do Conselho Deliberativo, em 31 de agosto de 2012, na qual o Diretor Presidente da fundação comunicou aos conselheiros o envio da carta-convite para contratação da referida seguradora, com base na Resolução CGPC nº 10 de 30 de março de 2004. O termo de referência foi encaminhado em 20 de setembro de 2012, e após análise, foi escolhida a Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A., conforme publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo nº 209, de 06 de novembro de 2012.

Com base nas informações disponibilizadas pelo departamento de seguridade da Fundação (Anexo XI, XII, XIII, XIV e XV), foram elaborados os quadros a seguir que demonstram as movimentações dos saldos no período das Provisões Matemáticas e dos Fundos Administrativo e Previdencial dos Planos de Benefícios:

	CONSOLIDADO		
	dez/12	jun/13	dez/13
Constituição de Provisões Atuariais (Provisões Matemáticas e Benefícios Conceder)	-	7.681.413	37.592.560
Reversão de Constituição (Fundos de Contribuições e Risco)	-	57.671	39.867
Constituição de Fundos (Administrativo e Previdencial)	4.502.037	6.331.974	910.205

valores em R\$

	PLANO RP			PLANO RG			PLANO RG-UNIS		
	dez/12	jun/13	dez/13	dez/12	jun/13	dez/13	dez/12	jun/13	dez/13
	-	23.781	2.510.957	-	7.657.633	34.572.701	-	-	508.902
Constituição de Provisões Atuariais (Provisões Matemáticas e Benefícios Conceder)	-	912	-	-	56.759	39.867	-	-	-
Constituição de Fundos (Administrativo e Previdencial)	4.502.037	1.222.084	884.478	-	5.109.890	188	-	-	25.539

valores em R\$

3.2. Cobertura Patrimonial dos Planos

Devido à natureza dos planos de benefícios (CD), que transformam as cotas individuais em nome de cada Participante, em Fundos, verificamos que o Patrimônio apurado é suficiente para a cobertura dos compromissos.

CONSOLIDADO			
1º Semestre 2013		2º Semestre 2013	
Ativo Total	16.186.403	Ativo Total	41.583.011
(-) Exigível Operacional	2.115.344	(-) Exigível Operacional	3.040.380
(-) Fundo Adm. e Previd.	6.331.975	(-) Fundo Adm. e Previd.	950.071
Ativo Líquido	7.739.084	Ativo Líquido	37.592.560
(-) Provisões Matemáticas	7.681.413	(-) Provisões Matemáticas	37.592.560
(-) Fundos	57.671	(-) Fundos	-
Equilíbrio	0	Equilíbrio	-

valores em R\$

valores em R\$

PREVCOM RP	
2º Semestre 2013	
Ativo Total	5.639.509
(-) Exigível Operacional	2.244.073
(-) Fundo Adm. e Previd.	884.478
Ativo Líquido	2.510.957
(-) Provisões Matemáticas	2.510.957
(-) Fundos	
Equilíbrio	-

valores em R\$

PREVCOM RG	
2º Semestre 2013	
Ativo Total	35.382.278
(-) Exigível Operacional	769.522
(-) Fundo Adm. e Previd.	40.054
Ativo Líquido	34.572.701
(-) Provisões Matemáticas	34.572.701
(-) Fundos	
Equilíbrio	-

valores em R\$

PREVCOM RG-UNIS

2º Semestre 2013

3.3. Manifestação do Conselho Fiscal

Tendo em vista que a natureza dos Planos de Benefícios é de Contribuição Definida (CD), não haverá manifestação acerca da aderência das premissas e hipóteses atuariais, uma vez que não são empregados na definição dos benefícios e de custeio, exceto para o cálculo do tempo de recebimento do benefício. Como parâmetro de suporte a definição de recebimento do benefício pelo participante é utilizada a tábua biométrica AT-2000, segregada por sexo, a qual indica aderência à realidade demográfica dos participantes dos planos de benefícios.



4. Acompanhamento da Execução Orçamentária

Conforme a Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004, parágrafo 1º do artigo 16, as entidades fechadas de previdência complementar devem elaborar a peça orçamentária segregada por plano de benefícios, considerando as especificidades de cada um. O Orçamento deve ser aprovado pela Diretoria da Fundação, apreciada pelo Conselho Fiscal e remetida ao Conselho Deliberativo. Cabe ao Conselho Fiscal da entidade manifestar-se com relação à execução orçamentária, conforme descrito na própria Resolução CGPC nº 13, em seu artigo 19, inciso I.

O Conselho Fiscal, com base nos relatórios gerenciais disponibilizados pela Fundação adotou como procedimento de análise, o desempenho da execução orçamentária realizada no período objeto desta manifestação.

Foram objeto de análise os relatórios de Execução Orçamentária (Anexos XVI e XVII), o Relatório Gerencial (Anexo XVIII) relacionado aos indicadores de despesas, que contempla as justificativas em relação a eventuais extrações de dispêndios, e o Relatório de Auditoria Independente (Anexo XIX) acerca de manifestação das demonstrações contábeis da Fundação relativas ao exercício de 2013.

No tocante às receitas foram analisados os ingressos de recursos contemplando o aporte pelo Patrocinador de R\$ 2 milhões ocorridos em dezembro de 2013, recursos estes, destinados a custeio da Fundação no período de inicio das atividades. Também foi analisado o ingresso das receitas oriundas das contribuições dos participantes dos planos previdenciários ocorridos a partir do primeiro semestre de 2013.

4.1. Gestão Previdencial

4.1.1. Da execução orçamentária das Adições

As Adições são representadas pelas contribuições efetuadas pelas empresas patrocinadoras, seus participantes ativos, por meio de percentuais definidos no Regulamento do Plano e também nos trabalhos de avaliação atuarial, sendo aplicados sobre a folha de salários mensal.

Plano de Benefícios Prevcom RP, Prevcom RG e Prevcom RG UNIS

Com base nas informações do quadro a seguir extraídas do relatório de Execução Orçamentária (Anexos XVI e XVII), verificamos que os totais de Adições relacionadas às contribuições previdenciárias representaram no segundo semestre 38,2% das projeções orçadas, totalizando 25,9% se observado o resultado anual.

Conta Contábil	Descrição	1º Semestre - 2013			2º Semestre - 2013			Total - 2013		
		Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%
3.1.1.101.01.0066	Contribuição Normal Patrocinadora	33.785.281	3.754.157	11,1%	39.416.161	14.218.391	36,1%	73.201.443	17.972.549	24,6%
3.1.1.3.01.01.0056	Contribuição Normal Participante	33.785.281	4.094.522	12,1%	39.416.161	15.918.558	40,4%	73.201.443	20.013.080	27,3%
Total de Contribuições		67.570.562	7.848.680	11,6%	78.832.323	30.136.949	38,2%	146.402.885	37.985.629	25,9%
		valores em R\$			valores em R\$			valores em R\$		

Conforme informações prestadas pela Fundação, a insuficiência de Adições derivou-se das premissas utilizadas para estimar os aportes de contribuições que não se efetivaram no período previsto, em razão de atraso na aprovação dos planos previdenciários pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, que regula e fiscaliza os Fundos de Pensão, tendo como consequência a postergação da celebração de convênios com administração pública e das campanhas de adesão de participantes. Entretanto quando comparado à execução orçamentária do 1º semestre observou-se no 2º semestre melhora significativa de desempenho.

O excedente das contribuições realizadas dos participantes quando comparadas as contribuições da patrocinadora deve-se, principalmente, em função da portabilidade de recursos advindos de outros planos previdenciários, projeções estas não contempladas em razão da dificuldade em estimar tais receitas.

4.1.2. Da execução orçamentária das Deduções

As deduções representam o valor de pagamento de benefícios (aposentadorias, resgates de contribuições, portabilidades) pagos no período.

Plano de Benefícios Prevcom RP, Prevcom RG e Prevcom RG UNIS

Com base nas informações do quadro a seguir extraídas do relatório de Execução Orçamentária (Anexos XVI e XVII), verificamos que o total de Deduções relacionadas às contribuições previdenciárias no segundo semestre foi de R\$ 192 mil, não sendo contemplado na projeção orçamentária este tipo de evento.

Conta Contábil	Descrição	1º Semestre - 2013			2º Semestre - 2013			Total - 2013		
		Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%
3.2.3.1	Resgate	-	12.622		-	50.534	0,0%	-	63.156	0,0%
3.2.9.1.0304	Fundos de Risco	-	44.433		-	141.628	0,0%	-	186.061	0,0%
Total de Deduções		-	57.055		-	192.162	0,0%	-	249.217	0,0%
		valores em R\$			valores em R\$			valores em R\$		

Conforme informações prestadas pela Fundação, foi justificada a ausência de valores para os institutos legais previstos na legislação e para o recebimento de concessão de benefícios, tendo em vista que quando da aprovação do orçamento, não haviam sido instituído os planos previdenciários, de forma a inexistir parâmetros dos participantes para projeção orçamentária.

Em relação a Fundos de Risco foi justificada a ausência de orçamento, em detrimento da opção facultativa da contratação pelo participante do benefício de risco por meio de uma seguradora contratada pela Fundação.

4.2. Gestão Administrativa

4.2.1. Da execução orçamentária das receitas administrativas

Os valores “Correntes” da Gestão Previdencial são representados pelas contribuições efetuadas por parte das empresas patrocinadoras e participantes para a cobertura de despesas administrativas da Fundação.

As fontes de custeio efetivamente geradoras de recursos são definidas anualmente pelo Conselho Deliberativo, mediante proposição contida no PGA sugerido pela Diretoria Executiva.

Estes valores são transferidos mensalmente por meio de lançamentos contábeis para a Gestão Administrativa de acordo com as normas de contabilização das EFPC's.

Com base nas informações do quadro a seguir extraídas do relatório de Execução Orçamentária (Anexos XVI e XVII), constatamos que os valores executados foram inferiores às projeções orçadas.

Conta Contábil	Descrição	1º Semestre - 2013			2º Semestre - 2013			Total - 2013		
		Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%
4.1.1.1.01	Patrocinador	12.112.488	10.187.719	84,1%	2.464.569	2.711.533	110,0%	14.577.056	12.899.252	88,5%
4.1.1.1.03	Participantes	2.112.488	215.161	10,2%	2.464.569	829.052	33,6%	4.577.056	1.044.213	22,8%
Total de Correntes		14.224.975	10.402.880	73,1%	4.929.137	3.540.585	71,8%	19.154.112	13.943.465	72,8%
valores em R\$										

Conforme informações prestadas pela Fundação, e em linha com as justificativas prestadas em relação às Adições, a insuficiência das receitas administrativas derivou-se também das premissas utilizadas para estimar os aportes de contribuições que não se efetivaram no

período previsto, em razão de atraso na aprovação dos planos previdenciários pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC que regula e fiscaliza os Fundos de Pensão, tendo como consequência a postergação da celebração de convênios com administração pública e das campanhas de adesão de participantes.

O excedente das contribuições do patrocinador quando comparado às contribuições dos participantes, deve-se principalmente as contribuições vertidas à cobertura das despesas de custeio pelo Patrocinador da Fundação, previsto no art. 36 da Lei 14.653, de 22/12/2011.

4.2.2. Da execução orçamentária das despesas administrativas

As despesas administrativas da Gestão Previdencial são relacionadas à administração do Plano de Benefícios, como por exemplo: salários, encargos, informática, consultorias, auditorias, assessorias, advogados, dentre outros.

Foram objeto de análise deste item, a Execução Orçamentária (Anexos XVI e XVII) e o Relatório Gerencial (Anexo XVIII) relacionado aos indicadores de despesas, que denotaram dispêndio inferior às projeções orçadas, conforme quadro a seguir.

Conta Contábil	Descrição	1º Semestre - 2013			2º Semestre - 2013			Total - 2013		
		Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%
4.2.1.1.01	Pessoal e Encargos	3.913.358	3.684.866	94,2%	4.009.004	3.931.338	98,1%	7.922.361	7.616.204	96,1%
4.2.1.1.02	Treinamentos e Congressos	47.014	28.521	60,7%	46.986	3.518	7,5%	94.000	32.039	34,1%
4.2.1.1.03	Viagens e Estadias	60.012	11.834	19,7%	59.988	28.339	47,2%	120.000	40.174	33,5%
4.2.1.1.04	Serviços de Terceiros	1.728.330	1.511.722	87,5%	1.792.873	1.515.414	84,5%	3.521.203	3.027.135	86,0%
4.2.1.1.05	Despesas Gerais	5.198.641	3.444.945	66,3%	4.874.102	2.410.361	49,5%	10.072.743	5.855.306	58,1%
4.2.1.1.06	Depreciações e Amortizações	90.000	67.397	74,9%	90.000	71.969	80,0%	180.000	139.366	77,4%
4.2.1.1.99	Outras Despesas	-	-	0,0%	-	3.513	0,0%	-	3.513	0,0%
Total de Correntes		11.037.355	8.749.284	79,3%	10.872.953	7.964.453	73,3%	21.910.308	16.713.737	76,3%
valores em R\$										

Com base em informações prestadas pela Fundação, foi justificado que a execução orçamentária abaixo das despesas estimadas derivou-se da não efetivação de adesões de participantes nos planos previdenciários nos prazos inicialmente previstos, tendo como consequência a diminuição de demandas operacionais, bem como, da adoção de medidas voltadas para o atendimento ao Decreto Estadual nº 59.327 de 28 de junho de 2013, que estabeleceu medidas de redução de despesas de custeio e reorganização no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo.

Ressalta-se que de acordo com o descrito no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, as despesas administrativas são geridas de forma solidária, sendo registrada em cada plano de benefícios a parcela a este pertinente, em forma de rateio. Os



aportes extraordinários foram registrados em atendimento ao previsto no item II do art. 36 da Lei 14.653, de 22 de dezembro de 2011.

4.2.3. Da execução orçamentária dos indicadores de Gestão

Em atendimento a Resolução CGPC nº 29, e Instrução nº 34, a partir de 1º de janeiro de 2010 as Entidades Fechadas de Previdência Complementar deverão passar a adotar indicadores com o objetivo de avaliar a Gestão Administrativa aplicada, ampliando o processo de governança corporativa.

O Conselho Deliberativo em atenção à regulamentação aprovou o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa - PGA, estabelecendo no artigo 23 os seguintes indicadores de gestão:

I - Despesas com os investimentos por recursos garantidores - razão entre as despesas de investimentos realizadas no exercício e o total dos recursos garantidores no último dia do exercício.

	1º Sem	2º Sem	2013
Despesas Investimentos	1.775	5.030	6.804
Recursos Garantidores	7.739.084	29.853.476	37.592.560
%	0,023%	0,017%	0,018%

valores em R\$

O indicador demonstra resultado extremamente baixo, em razão de o denominador refletir o saldo dos recursos garantidores do ultimo dia de cada exercício, em um período de acumulação de poupança previdenciária. O Conselho recomenda a utilização do saldo médio dos recursos garantidores no período analisado como parâmetro do referido indicador.

II - Despesas por participante - razão entre o somatório das Despesas Administrativas previdenciais e de investimentos e o número de participantes do plano de benefícios.

	Mensal	Movimentações - 2º Semestre 2013					
		jul	ago	set	out	nov	dez
	Previdenciais	1.451.157	1.450.184	1.594.138	593.802	1.553.954	1.321.218
	Investimentos	663	490	541	1.758	973	1.267
	Nº Partic.	3.718	3.949	4.526	5.286	5.656	6.393
	Desp. / Partic.	390,48	367,35	352,34	112,67	274,92	206,86

valores em R\$

O indicador demonstra redução do indicador de despesas incorridas per capita, dado que um significativo conjunto de despesas fixas administrativas, como aluguel, pessoal, serviços de terceiros, dentre outros, independem até determinado patamar de incremento de novos participantes (“ganho de escala”).

III - Despesas administrativas da SP-PREVCOM - razão entre as Despesas Administrativas realizadas e as Despesas Administrativas previstas no exercício.

		Movimentações - 1º Semestre 2013						Movimentações - 2º Semestre 2013					
		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Acumulado	Orçado	1.688.838	3.922.465	5.701.187	7.479.910	9.258.632	11.037.355	1.791.270	3.578.740	5.368.389	7.192.184	9.015.979	10.872.953
	Realizado	1.365.353	2.855.124	4.400.776	5.865.655	7.413.796	8.749.284	1.451.157	2.901.341	4.495.479	5.089.282	6.643.235	7.964.453
	% Execução	80,8%	72,8%	77,2%	78,4%	80,1%	79,3%	81,0%	81,1%	83,7%	70,8%	73,7%	73,3%

valores em R\$

		Movimentações - 2013											
		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Acumulado Total Anual	Orçado	1.688.838	3.922.465	5.701.187	7.479.910	9.258.632	11.037.355	12.828.625	16.407.365	21.775.754	28.967.938	37.983.917	48.856.870
	Realizado	1.365.353	2.855.124	4.400.776	5.865.655	7.413.796	8.749.284	10.200.441	13.101.783	17.597.262	22.686.544	29.329.779	37.294.232
	% Execução	80,8%	72,8%	77,2%	78,4%	80,1%	79,3%	79,5%	79,9%	80,8%	78,3%	77,2%	76,3%

valores em R\$

Com base nas informações dos quadros (mensal e acumulado), constatamos que os valores executados foram inferiores às projeções orçadas, em razão dos motivos expostos no item 4.2.2.

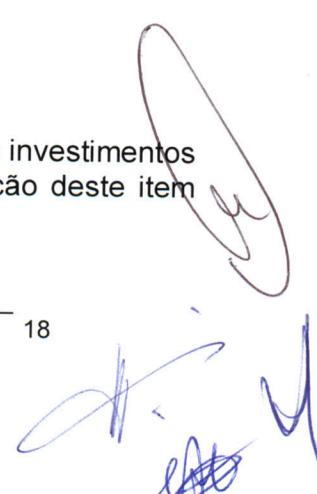
4.3. Investimentos

4.3.1. Da execução orçamentária dos investimentos

A apuração do fluxo dos investimentos tem como objetivo demonstrar a rentabilidade obtida com as aplicações financeiras da Entidade, as quais são transferidas a:

- Gestão Previdencial - para a constituição das Provisões Atuariais; e
- Gestão Administrativa - para constituição do Fundo Administrativo.

Não foi incluído no orçamento da Fundação projeção de receitas advindas dos investimentos dos recursos previdenciais e administrativos, de forma a prejudicar a avaliação deste item pelo colegiado.



4.4. Comentários e Recomendações

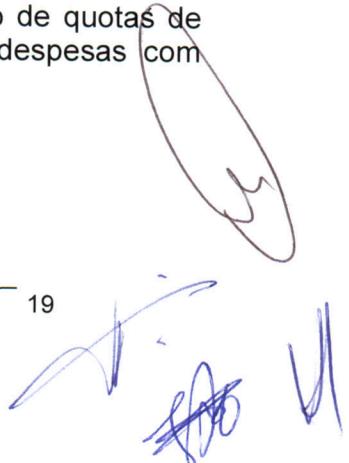
Comentários

Ressalvada a condição de incertezas que permeiam a elaboração de um orçamento anual de uma Fundação em fase pré-operacional, amparada em novos paradigmas de cobertura previdenciária aos servidores públicos estaduais, o Conselho Fiscal julga bastante razoável os atuais níveis de aderência da sua execução. Pressupõe-se que os cenários que subsidiaram as projeções de execução orçamentária, estejam sendo perseguidos pela Administração no sentido de tornar a Fundação autossustentável no prazo estimado, amparada pelos aportes orçados e executados pelo Patrocinador. Entretanto quando observado o conjunto de receitas auferidas no período, combinado com as despesas realizadas, projeta-se ainda a necessidade de novos aportes, apesar das iniciativas imprimidas pela Administração no sentido de reduzir os seus custos. Tal condição confirma-se quando analisado os níveis de execução de despesas orçamentárias que superam os níveis de execução das receitas. Vislumbra-se no horizonte do tempo baixa capacidade de redução de despesas, dado os custos fixos relacionados a manutenção da Fundação, como salários, alugueis, softwares, auditoria, assessoria jurídica e atuária que consomem percentual elevado conforme observado no Relatório Gerencial (Anexo XVIII). Em relação às recomendações deste Conselho Fiscal dispostas no relatório de controles internos do 1º semestre de 2013 a Fundação promoveu de forma satisfatória: (i) adoção de medidas de incremento de receitas; (ii) levantamento de informações da Administração Pública para prospecção e adesão de novos servidores aos planos de previdência complementar; (iii) implantação do indicador de gestão relacionados a despesas com investimentos; (iv) implantação do indicador de despesas por participante; e (v) avaliação da aplicação do custeio administrativo.

Recomendações

Este colegiado sob os preceitos que regem suas atribuições recomenda:

1. Aprimoramento do levantamento de informações na Administração Pública dos servidores públicos admitidos anteriormente a criação dos planos de previdência complementar, aptos a adesão, de modo a criar indicadores de prioridade na atuação de reciclagem de prospecção de novos participantes.
2. Avaliação da inclusão das despesas incorridas indiretamente na aquisição de quotas de outros fundos de investimento em atenção ao indicador de gestão de despesas com investimentos.



4.5. Manifestação

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução orçamentária, em atendimento ao artigo nº 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este conselho fiscal manifesta-se: (i) que o grau de detalhamento do orçamento apresenta-se adequado a atual fase operacional, ao porte e a complexidade da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM, permitindo o efetivo acompanhamento, por parte desse conselho, da execução orçamentária; (ii) que os principais *gaps* de execução orçamentária, derivaram-se em grande parte de fatores exógenos a Administração da Fundação; e (iii) que as oscilações de valores de maior relevância apresentadas foram devidamente justificadas ao longo do presente relatório.

5. Controles Internos

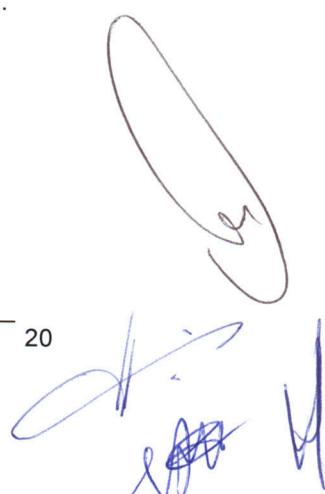
A Fundação por meio de Portaria do Diretor Presidente de 31 de outubro de 2013 (Anexo XX) designou a criação das seguintes Comissões: (i) Orçamento e Controle; (ii) Tecnologia da Informação; (iii) Planejamento Estratégico; (iv) Marketing e Comunicação; e (v) Educação Financeira e Previdenciária. Adicionalmente foi designada a criação de um Comitê de Controle Interno e de Gestão de Riscos, cujas principais competências estão dispostas no seu artigo 4º. Neste sentido este Conselho Fiscal entende que as recomendações dispostas no relatório de controles internos do 1º semestre de 2013 a Fundação foram atendidas de forma satisfatória quando observado o atual estágio operacional dos planos de complementação previdenciária administrados pela Fundação.

5.1. Recomendações

1. Apoio da administração da Fundação, na capacitação e na estruturação das medidas voltadas a adoção das melhores práticas de governança, de gestão e de controles internos.

5.2. Manifestação

Em atendimento a Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal avaliou a documentação disponibilizada pela entidade para análise da aderência e eficiência dos controles internos, dos quais julgou adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por ela operados até a presente data.



Conselho Fiscal

Max Freddy Frauendorf
Conselheiro Presidente


Maria de Fátima Alves Ferreira
Conselheira


Jarbas Augusto Pinto
Conselheiro


Hilton Facchini
Conselheiro

Anexos

- I - Diretrizes de Investimentos - 2013
- II - Regulamento do Paulista Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado (“Paulista FIQ”)
- III - Relatório do Gestor de Fundo BTG Pactual do Paulista FIQ
- IV - Relatório de Segmentação de Carteiras - CVM
- V - Nota Técnica Atuarial PREVCOM RP
- VI - Nota Técnica Atuarial PREVCOM RG
- VII - Nota Técnica Atuarial PREVCOM RG UNIS
- VIII - Demonstrativo Atuarial (DA) PREVCOM RP
- IX - Demonstrativo Atuarial (DA) PREVCOM RG
- X - Demonstrativo Atuarial (DA) PREVCOM RG UNIS
- XI - Balancete - Evolução Mensal Consolidado - Movimento
- XII - Balancete - Evolução Mensal Consolidado - Saldo Final
- XIII - Balancete - Evolução Mensal - PREVCOM RP - Movimento
- XIV - Balancete - Evolução Mensal - PREVCOM RG - Movimento
- XV - Balancete - Evolução Mensal - PREVCOM RG UNIS - Movimento
- XVI - Execução Orçamentária - 1º semestre 2013
- XVII - Execução Orçamentária - 2º semestre 2013
- XVIII – Relatórios Gerenciais – jul/dez - 2013
- XIX - Relatório de Auditoria Independente - Exercício de 2013
- XX – Portaria do Diretor Presidente de 31/10/2013